

CARGO

FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 40 (quarenta) itens, ordenados de 1 a 40, com alternativas de A a E; sendo que apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.

2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.

3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.

MARQUE ASSIM



NÃO MARQUE ASSIM



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação.

5. No momento da identificação, o(a) candidato(a) deverá escrever, no espaço apropriado do cartão-resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Sem sacrifício não há vitória.

6. O tempo máximo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta, contadas a partir da autorização dada pelo Fiscal de Sala.

7. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.

8. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

9. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, 15 minutos antes do término da prova.

10. O não cumprimento a qualquer uma das instruções deste caderno e do edital nº 01/2018 poderá implicar na anulação da sua prova.

11. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.

12. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site www.ifepbr.org.br/.

BOA PROVA A TODOS!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder as questões de 01 a 04.

- 01 O caboclo mal-encarado que encontrei um dia em casa do Mendonça também se acabou em desgraça. Uma limpeza. Essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se.
- 05 Na pedreira perdi um. A alavanca soltou-se da pedra, bateu-lhe no peito, e foi a conta. Deixou viúva e órfãos miúdos. Sumiram-se: um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se.
- 10 Para diminuir a mortalidade e aumentar a produção, proibi a aguardente.
- 15 Concluiu-se a construção da casa nova. Julgo que não preciso descrevê-la. As partes principais aparecem ou aparecerão; o resto é dispensável e apenas pode interessar aos arquitetos, homens que provavelmente não lerão isto. Ficou tudo confortável e bonito. Naturalmente deixei de dormir em rede. Comprei móveis e diversos objetos que entrei a utilizar com receio, outros que ainda hoje não utilizo, porque não sei para que servem.
- 19 Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um bando de voltas.

(Fragmento de "São Bernardo" – Graciliano Ramos)

QUESTÃO 01

Em "Essa gente quase nunca morre direito.", tem-se:

- (a) um período composto em que "Essa gente" é o sujeito da oração.
- (b) um período simples em que "Essa gente" é o predicado da oração.
- (c) um período simples em que "Essa gente" é o sujeito da oração.
- (d) um período misto, composto por subordinação e coordenação.
- (e) um período simples em que "quase nunca" é o sujeito da oração.

QUESTÃO 02

Na linha 01, "...que encontrei um dia em casa do Mendonça.." é uma oração subordinada:

- (a) adjetiva restritiva.
- (b) adjetiva explicativa.
- (c) substantiva subjetiva.
- (d) adverbial causal.
- (e) adverbial final.

QUESTÃO 03

Em "Julgo que não preciso descrevê-la", na linha 11, o "que" é classificado como:

- (a) pronome relativo.
- (b) pronome demonstrativo.
- (c) pronome indefinido.
- (d) conjunção integrante.
- (e) conjunção aditiva.

QUESTÃO 04

Na linha 6, a expressão "...e foi a conta" pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por:

- (a) ... quase o matou.
- (b) ... foi o quanto bastou.
- (c) ... foi na cabeça.
- (d) ... quase não se salva.
- (e) ... foi o suficiente para se salvar.

Leia o texto abaixo para responder as questões de 05 a 07.



revistascartum.blogspot.com.br/ acesso em 28/02/2018

QUESTÃO 05

O cartum apresenta ideias que remetem a um conhecimento prévio ligado a:

- (a) regras de boa conduta à mesa.
- (b) regras de pontuação da língua portuguesa.
- (c) regras de cortesia entre o freguês e o garçom.
- (d) regras de uso da acentuação gráfica.
- (e) regras da nova ortografia da língua portuguesa.

QUESTÃO 06

A comicidade do texto está presente

- (a) no pedido de desculpas do cliente, ao corrigir o garçom.
- (b) na fala do garçom chamando o cliente de "cavalheiro".
- (c) na educação entre o cliente e o garçom.
- (d) no ato de o garçom apagar o que foi escrito.
- (e) na grosseria do garçom em não aceitar o erro.

QUESTÃO 07

Na fala do freguês, o "mas" introduz uma oração:

- (a) coordenada sindética adversativa.
- (b) coordenada sindética aditiva.
- (c) coordenada sindética explicativa.

(d) subordinada adverbial concessiva.

(e) subordinada adverbial conformativa.

QUESTÃO 08

assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas no período a seguir: Na última ____ da diretoria, o ____ pneumologista apresentou ____ razões para que o hábito de fumar seja ____ da sociedade.

(a) sessão, iminente, fragrantas, proscrito

(b) seção, iminente, fragrantas, prescrito

(c) sessão, eminente, flagrantes, proscrito

(d) seção, iminente, flagrantes, prescrito

(e) cessão, eminente, fragrantas, proscrito

QUESTÃO 09

Todas as alternativas apresentam a correta classificação da formação da palavra grifada, EXCETO em:

(a) A plantação de girassóis está maravilhosa. (composição por aglutinação)

(b) Cantar é o sonho que ela acalenta há anos. (derivação regressiva)

(c) O guarda-chuva era todo florido. (composição por justaposição)

(d) A manhã estava ensolarada. (derivação parassintética)

(e) Infelizmente, ele desistiu da festa. (derivação prefixal e sufixal)

QUESTÃO 10

Os vocábulo diminutivos no plural estão corretamente aplicados em:

(a) Os anelzinhos da menininha eram todos de ouro.

(b) Os farolinhos na escultura chamavam a atenção dos passantes.

(c) Os pezinhos de rosa naqueles barrilinhos eram encantadores.

(d) Os pãozinhos de batata ficaram deliciosos.

(e) Os botõezinhos da blusa eram florezinhas delicadas.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, compete ao município:

I- Instruir e arrecadar os tributos de sua competência;

II- Administrar seu patrimônio;

III- Recusar fé aos documentos públicos.

Dos itens acima:

(a) Apenas o item II está correto.

(b) Apenas os itens I e III estão corretos.

(c) Apenas os itens II e III estão corretos.

(d) Apenas os itens I e II estão corretos.

(e) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 12

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, é vedado ao município:

(a) Legislar sobre assuntos de interesse local.

(b) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a Legislação Estadual.

(c) Criar distinção entre os brasileiros ou preferência entre si.

(d) Dispor sobre serviços funerário e cemitério.

(e) Promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local observadas a Legislação e Ação Fiscalizadora Federal e Estadual.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, é da competência do Município em comum com a União e o Estado, exceto:

(a) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e às ciências.

(b) Preservar as florestas, a fauna e a flora.

(c) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.

(d) Impedir a evasão destruição e descaracterização de obras de artes e de outros bens de valor histórico, artístico ou culturais.

(e) Outorgar isenções ou anistias fiscais e permitir a remissão de dívidas sem interesse público.

QUESTÃO 14

Responda (V) verdadeiro ou (F) falso. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:

()- Elegger sua mesa e destitui-la, na forma regimental;

()- A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

()- Elaborar e votar seu regimento interno.

(a) V-V-F.

(b) F-F-V.

(c) V-V-V.

(d) V-F-V.

(e) V-F-F.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, analise o trecho e assinale a alternativa que completa respectivamente as lacunas:

O Poder Executivo é exercido pelo _____, auxiliado por _____.

(a) Prefeito Municipal / Secretários Municipais.

(b) Vereador / Secretários Municipais.

(c) Prefeito Municipal / Vice Prefeito.

(d) Vereador / Primeiros Ministros.

(e) Deputado / Vereadores.

QUESTÃO 16

Conforme a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, são bens municipais:

I- Bens móveis e imóveis de seu domínio pleno, direto ou útil;

II- Direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Estado ou país de origem;

III- Renda proveniente do exercício de suas atividades e da prestação de serviços.

Dos itens acima:

(a) Apenas o item I está correto.

(b) Apenas os itens I e III estão corretos.

(c) Apenas os itens II e III estão corretos.

(d) Apenas os itens I e II estão corretos.

(e) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 17

Responda (V) verdadeiro ou (F) falso. De acordo com a Segunda Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, a concessão administrativa de bens públicos de uso comum só poderá ser outorgada para finalidades:

()- De assistência social;

()- Escolares;

()- De assistência pessoal;

()- Turística.

(a) V-V-V-F.

(b) F-F-F-V.

(c) V-V-F-V.

(d) V-F-F-V.

(e) V-V-F-F.

QUESTÃO 18

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

O município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a _____.

(a) Exclusão Social.

(b) Insegurança Social.

(c) Seguridade Social.

(d) Indisciplina Social.

(e) Intervenção Social

QUESTÃO 19

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, serão julgados perante o:

(a) Tribunal Contas da União.

(b) Tribunal Regional do Trabalho.

(c) Tribunal de Justiça do Estado.

(d) Tribunal de Contas do Estado.

(e) Tribunal da Cidadania.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa incorreta. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA:

(a) A abertura do crédito extraordinário somente será admitido para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública, decretadas pelo Prefeito.

(b) A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município poderá exceder o limites estabelecidos em Lei Complementar Federal.

(c) O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

(d) A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça social.

(e) Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

QUESTÃO 21

As constituições veiculadoras apenas dos princípios fundamentais e estruturais do Estado, que não descem a minúcias, e são mais duradouras, na medida em que os seus princípios estruturais são interpretados e adequados aos novos anseios pela atividade da Suprema Corte são classificadas quanto à extensão como:

(a) Formais.

(b) Escritas.

(c) Analíticas.

(d) Sintéticas.

(e) Promulgadas.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa correta de acordo com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal:

(a) Toda e qualquer propriedade rural poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento

(b) São crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem

(c) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer brasileiro somente, entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

(d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular somente, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações de interesse coletivo ou geral serão sigilosas em regra.

(e) É permitida a associação compulsória quando se tratar de situação de interesse de uma coletividade.

QUESTÃO 23

De acordo com a Constituição Federal de 1988 a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. Sobre as vedações constitucionais previstas aos entes federados, assinale a alternativa incorreta, isto é, a que não consta das vedações previstas na Constituição Federal:

(a) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas.

(b) Manter igrejas ou seus representantes, relações de dependência ou alianças.

(c) Recusar fé aos documentos públicos.

(d) Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

(e) Criar, incorporar ou desmembrar Municípios.

QUESTÃO 24

Julgue os itens a seguir sobre o Congresso Nacional:

I- Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos;

II- A representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços;

III- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal;

IV- Cada Senador deve ser eleito com apenas um suplente;

V- O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional de votos.

Dos itens acima:

(a) Apenas os itens III e V estão corretos.

(b) Apenas os itens III e V estão corretos.

(c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

(d) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

(e) Apenas os itens II e III estão corretos.

QUESTÃO 25

Em relação ao conceito do direito administrativo e função administrativa, assinale a alternativa incorreta:

(a) O Direito Administrativo abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

(b) Função administrativa consiste no dever de o Estado, ou quem aja em seu nome, dar cumprimento, no caso concreto, aos comandos normativos, de maneira geral ou individual, para a realização dos fins públicos.

(c) O Direito Administrativo corresponde às normas jurídicas aplicáveis aos administradores de empresa do setor privado, de modo que seus atos estão sujeitos ao referido ramo do direito.

(d) A função administrativa é exercida sob regime jurídico prevalente de direito público e mediante atos ou comportamentos passíveis de controle.

(e) O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa.

QUESTÃO 26

São fontes do Direito Administrativo, exceto:

(a) Jurisprudência.

(b) Discursos dos chefes da Administração Pública.

(c) Doutrina.

(d) Atos normativos da Administração Pública.

(e) Constituição Federal.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta, de acordo com o conceito de Administração Pública:

(a) A Administração Pública em sentido objetivo pode ser definida pelos sujeitos responsáveis pelo exercício da função pública, isto é, os entes da administração.

(b) A Administração Pública em sentido objetivo pode ser definida como conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

(c) A Administração Pública em sentido subjetivo pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos.

(d) a Administração Pública em sentido estrito compreende a Administração em sentido subjetivo, correspondente às pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa; e compreende a Administração em sentido objetivo, correspondente à atividade administrativa exercida por aqueles entes.

(e) Em sentido subjetivo, a Administração Pública abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo.

QUESTÃO 28

Sobre os Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

(a) Poder de polícia é proveniente da relação de subordinação e coordenação entre os órgãos administrativos: o de editar atos normativos, o de dar ordens, o de controlar os órgãos inferiores, o de anular os atos ilegais e revogar os atos inoportunos ou inconvenientes, o de aplicar sanções, o de avocar e delegar atribuições não privativas.

(b) Poder hierárquico é exercido através dos atos pelos quais a Administração emana normas gerais, ou seja, atos com efeitos gerais e abstratos.

(c) Poder disciplinar consiste na atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

(d) Poder de polícia pode ser definido como a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, por meio das polícias administrativa e judiciária.

(e) Poder regulamentar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa; é o caso dos estudantes de uma escola pública.

QUESTÃO 29

Tratando-se da Administração Indireta, a distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, é denominada como:

(a) Desconcentração

(b) Descentralização.

(c) Desorganização.

(d) Desafetação.

(e) Desapropriação.

QUESTÃO 30

No âmbito da Administração Indireta, a descentralização é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica. A descentralização por colaboração é a que se verifica quando:

(a) O Poder Público (União, Estados ou Municípios) cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público.

(b) Uma entidade local, geograficamente delimitada, é dotada de personalidade jurídica própria, de direito público, com capacidade administrativa genérica.

(c) Determinado serviço público se destaca da pessoa jurídica pública (União, Estados ou Municípios) e ao qual se atribui personalidade jurídica própria, também de natureza pública.

(d) A Administração Pública exerce por seus próprios servidores em forma de colaboração mútua.

(e) Por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, se transfere a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço.

QUESTÃO 31

Tratando-se da classificação dos atos administrativos quanto ao conteúdo, assinale a alternativa correta:

(a) Aprovação é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico. Ela se realiza sempre a posteriori e examina apenas o aspecto de legalidade, no que se distingue da aprovação.

(b) Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.

(c) Autorização é ato unilateral e discricionário pelo qual se exerce o controle a priori ou a posteriori do ato administrativo.

(d) Admissão em sentido amplo, designa o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.

(e) Permissão é o administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração faculta ao particular o uso de bem público (autorização de uso), ou a prestação de serviço público (autorização de serviço público), ou o desempenho de atividade material, ou a prática de ato que, sem esse consentimento, seriam legalmente proibidos (autorização como ato de polícia).

QUESTÃO 32

Julgue os itens a seguir em relação aos princípios informativos da licitação:

I- O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar;

II- O princípio da probidade, significa que os licitantes devem ser tratados igualmente, em termos de direitos e obrigações, devendo a Administração, em suas decisões, pautar-se por critérios objetivos, sem levar em consideração as condições pessoais do licitante ou as vantagens por ele oferecidas;

III- O princípio da adjudicação compulsória significa que a Administração não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não o vencedor;

IV- Princípio da publicidade é decorrência também do princípio da legalidade, significa que o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital.

Dos itens acima:

(a) Apenas os itens I e IV estão corretos.

(b) Apenas os itens II e III estão corretos.

(c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

(d) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

(e) Apenas os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 33

Tratando-se da prestação de serviço público, o ato unilateral, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público transfere a outrem a execução de um serviço público, para que o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário é conhecido como:

(a) Comissão.

(b) Autorização.

(c) Licença.

(d) Permissão.

(e) Concessão.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correta correspondente ao conceito de autorização de uso:

(a) É o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade.

(b) É o ato administrativo pelo qual a Administração Pública obriga ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.

(c) É o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.

(d) É o contrato administrativo precário e oneroso, pelo qual a Administração determina a utilização de bem público para consecução do interesse público.

(e) É o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público.

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei no 8987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, a subconcessão é:

(a) Admitida independente de autorização ou previsão contratual.

(b) Proibida como regra, ainda que haja previsão contratual, mas admitida se houver autorização da autoridade concedente.

(c) Admitida nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

(d) Admitida somente nos casos de guerra declarada para a melhor prestação do serviço público.

(e) Proibida em toda e qualquer situação, inexistindo possibilidade de autorização ou previsão contratual.

QUESTÃO 36

São hipóteses de extinção da concessão de acordo com a Lei no 8.987/1995, exceto:

(a) Encampação.

(b) Caducidade.

(c) Rescisão.

(d) Recuperação judicial da empresa concessionária.

(e) Anulação.

QUESTÃO 37

A Lei no 4.898/1965 regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade. De acordo com a referida lei, assinale a alternativa correta:

(a) Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.

(b) Ação penal somente será iniciada após inquérito policial ou justificação por denúncia do Ministério Público, e deve ser instruída com a representação da vítima do abuso.

(c) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia requerer o arquivamento da representação, o Juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da representação ao Procurador-Geral e este deverá obrigatoriamente oferecer a denúncia, ainda que entenda que as razões do arquivamento estavam corretas.

(d) No despacho em que receber a denúncia, o Juiz designará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, que deverá ser realizada, improrrogavelmente dentro de trinta dias.

(e) As testemunhas de acusação e defesa não poderão ser apresentadas em juízo se não houver intimação.

QUESTÃO 38

De acordo com a Lei no 8429/1992, reputa-se agente público:

(a) Apenas os nomeados em cargos comissionados.

(b) Somente aqueles que exercem cargo após aprovação em concurso público e recebe remuneração em regime celetista.

(c) Todo aquele que exerce definitivamente ou sem remuneração, por designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.

(d) Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

(e) Somente aqueles que exercem cargo após aprovação em concurso público e recebe remuneração em regime estatutário.

QUESTÃO 39

A conduta tipificada no Código Penal como “apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem” corresponde ao crime de:

(a) Corrupção passiva.

(b) Peculato mediante erro de outrem

(c) Concussão.

(d) Prevaricação.

(e) Peculato.

QUESTÃO 40

O crime contra a fé pública de “Emissão de título ao portador sem permissão legal” é caracterizado pela conduta típica de:

(a) Formar cédula, nota ou bilhete representativo de moeda com fragmentos de cédulas, notas ou bilhetes verdadeiros; suprimir, em nota, cédula ou bilhete recolhidos, para o fim de restituí-los à circulação, sinal indicativo de sua inutilização; restituir à circulação cédula, nota ou bilhete em tais condições, ou já recolhidos para o fim de inutilização.

(b) Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.

(c) Emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, ficha, vale ou título que contenha promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou a que falte indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago.

(d) Fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda.

(e) Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior.

